

PMDB vota com oposição e derruba MP 77

O resultado reflete um impasse político entre as bancadas, mas atendeu a uma demanda da bancada ruralista

Sérgio Prado, Sônia Cristina Silva
e Neila Baldi
de Brasília

O governo sofreu ontem uma significativa derrota no Senado. O acordo negociado no dia anterior para votação da Medida Provisória 77, que trata da renegociação das dívidas agrícolas, foi derrubado em plenário pelos partidos de oposição (PSDB e PFL) e pelo PMDB. A obstrução da votação foi resultado da pressão dos ruralistas, inconformados com a exclusão de 5.784 agricultores do processo de repactuação. No total, eles devem R\$ 5,6 bilhões à União que seriam pagos em 20 anos, com juros entre 3% e 5%. Esta é a última fatia de um bolo de mais de R\$ 32 bilhões de débitos dos produtores, em especial com o Banco do Brasil, que vem sendo negociado nos últimos quatro anos. A votação foi transferida para hoje.

No rastro do adiamento, as lideranças governistas foram surpreendidas por manobras bem orquestradas do PFL e do PMDB. A obstrução impediu a eleição dos integrantes do Conselho de Ética que deverá investigar o suposto envolvimento do senador pefelista Antonio Carlos Magalhães (BA) no episódio dos grampings de telefones na Bahia. "Podem haver insinuações indiretas ao Conselho a partir desse procedimento", alertou o líder do PT, Tião Viana (AC). "Refuto que o PFL tenha outro objetivo que não levar em conta o benefício ao agricultor", rebateu o líder do PFL, José Agripino (RN).

Ao mesmo tempo, os governistas sofreram uma dura estocada dos peemedebistas. Eles aproveitaram uma brecha para mostrar o poder de fogo de sua bancada de 20 parlamentares, justo quando o partido reclama da lentidão dos entendimentos em torno da inserção da legenda na base de sustentação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"O risco-Brasil tem relação com a maioria congressual", alfinetou o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL). Argumentou que não poderia deixar de atender ao apelo do PFL e seu partido gostaria de detalhar o acordo.

Mas, para ele, a situação comprovava sua tese de que é preciso um acordo do Planalto com os partidos para construção de uma agenda e de maioria para cumpri-la. "O governo já cedeu o que tinha que ceder e o Senado precisa sair do imobilismo", disse o senador Jefferson Peres (PDT-AM), ao defender a votação imediata.

"O País perde"

"O País perde porque adia outros projetos de interesse nacional", desabafou o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), ao final da conturbada sessão. Ele se referia ao consequente adiamento da homologação dos diretores do Banco Central e da ratificação de um empréstimo de R\$ 500 milhões do Banco Mundial. O PFL, que tomou a iniciativa de pedir o adiamento da votação, e o PMDB capitalizaram o adiamen-

to. Mercadante estava convencido de que a votação da MP aconteceria hoje, apesar de que tradicionalmente os quóruns na quinta-feira são insuficientes. Está prevista também a eleição do Conselho de Ética, com a possibilidade de que ocorra a primeira reunião para analisar o recurso do PT que pede a investigação do grampo.

Divisão no PSDB

A sessão serviu para evidenciar a falta de sintonia dentro do PSDB, partido que por oito anos ocupou o governo e hoje tenta marcar posição no lado oposto. O vice-líder do

partido, Romero Jucá (RR) foi quem selou o acordo para votação da MP em nome da legenda, mas foi desautorizado em plenário pelo líder da bancada, o amazonense Arthur Virgílio Neto. Depois que o líder pediu o adiamento, acompanhando o PFL, Jucá foi ao microfone para defender o contrário: disse que do ponto de vista técnico o acordado no dia anterior estava perfeito. "Se politicamente não está, pergunte para o líder", emendou, referindo-se a Virgílio Neto.

Os rumores de que o adiamento viria começaram quando surgiu a versão de que o relatório não es-

tava pronto. Entretanto, o texto foi lido. O entendimento das lideranças do bloco governista, PSDB e PMDB previa a votação do texto original aprovado na Câmara que dá prazo até 31 de março para a renegociação das dívidas. Em contrapartida, o governo concordou em discutir pontos pendentes. Entre eles a ampliação da cobertura da repactuação para os pequenos produtores por meio de uma nova medida provisória e a negociação em separado com os grandes.

A proposta é que o prazo para o acerto dos débitos seja ampliado em 90 dias após a promulgação da medida provisória, incluídos os fundos constitucionais e não só os pequenos produtores do semi-árido e encontrada uma solução para as dívidas contraídas de forma cooperativa. Mercadante disse que a questão do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) deve ser discutida em separado e não fazer parte do acordo porque envolve uma quantidade grande de recursos. A alegação do líder petista é "que este não é o caminho da responsabilidade fiscal".

Uma contradição segundo representantes dos agricultores que estavam no plenário do Senado, entre eles os deputados Luiz Carlos Heinze (PPB/RS) e Ronaldo Caiado (PFL/GO). O argumento é que estão atrasados R\$ 686 milhões do pagamento da parcela dos juros que, se não forem repactuados, serão incluídos na dívida ativa, o que representa um montante de R\$ 5,2 bilhões.